

**A QUESTÃO DA POPULAÇÃO NO CENTRO  
HISTÓRICO DE SALVADOR \***

Edmilson Carvalho\*\*

No bojo da expansão e correspondente descentralização urbana de Salvador, processo este que se intensificou muito a partir da industrialização basicamente centrada no Recôncavo e, de modo especial, na sua Região Metropolitana, algo de próprio aconteceu exatamente no Centro Histórico da cidade ou pelo menos, na parte mais importante dele.

Uma parcela menor das camadas proletárias da população que, na cidade, iam sendo engolidas, arrastadas e desalojadas no trânsito das instalações do comércio e do capital industrial urbano, ou mesmo oriundas de outras procedências como o interior do estado ou de estados vizinhos - uma parcela de importância numérica proporcionalmente menor do que a correspondente aos novos e maciços contingentes que se dirigiam às periferias à medida que a cidade e seus arredores iam sendo industrializando ao invés de buscar as periferias urbanas voltou-se exatamente para o núcleo do Centro Histórico, mais precisamente para o conjunto de ruas que formam a

---

\* O presente artigo constitui um tópico de um livro que está sendo preparado pelo autor acerca das transformações históricas ocorridas em Salvador, encaradas pelos prismas econômico, espacial e cultural.

\*\* Técnico em planejamento ; pesquisador do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA.

Sé, o Terreiro de Jesus, o Maciel, o Pelourinho e o Taboão. vindo estabelecer-se ali as franjas do exército industrial de reserva: pequenos e arruinados artífices, prostitutas e parcelas do lumpen, autônomos e biscateiros, operários e desempregados, etc., formaram paulatinamente o "novo" ambiente social do Centro Histórico. Faz-se excessão de ruas como as que constituem o bairro de Santo Antônio, essencialmente ocupadas por antigas famílias proprietárias cujos imóveis, em melhor estado de conservação e de uso mais estabilizado, tiveram suas posses retidas no seio das mesmas famílias através de gerações sucessivas.

No miolo do velho Centro aconteceram algumas "inovações" de certa forma recentes. Aqui, com efeito, houve e ainda há a destinação de alguns edifícios do Pelourinho e do Maciel para acomodarem serviços governamentais, de outros que passaram a servir ao "fomento do turismo" e de outros mais para fins comerciais, hoteleiros e até bancários - vale dizer, em função de um diminuto e questionável movimento de beneficiamento da área tomada como um todo. Mas esse processo não só não seguiu adiante, pelo menos nos termos de volumes maciços e significativos que eram esperados pelas hostes governamentais nos inícios da década de 70 (antes da prolongada recessão econômica) como, ao que tudo indica, possivelmente não seguirá, se se pode julgá-lo tentando atravessar e ultrapassar, pela análise, a sintomatologia própria - não a dos discursos oficiais e dos projetos técnicos igualmente oficiais, mas a que é dada por leis e processos estruturais concretos. A cri

se econômica de um lado, novas áreas vazadas de outro (a custos de implantação menores, em face de uma imensa elasticidade da oferta de terrenos com infra-estrutura doada pelo Estado, no dorso das avenidas de vale e de outros "vetores de expansão" da cidade), imensas cargas de custos e gastos de reposição de outro ainda e, o que é pior, já sem a correspondência de um retorno econômico à altura em horizonte previsível, foram algumas causas que praticamente desaceleraram o processo de "modernização" do Centro Histórico, fizeram-lhe e fazem-no ainda perecer e parecer, a cada dia e hora que passa sempre mais, como uma cidade recém saída de um vigoroso bombardeio aéreo - talvez digna de ter como encomenda uma espécie de Plano Marshall "à moda da casa" - e permitiram, ao fim e ao cabo, a ocupação do locus pelos segmentos populares citados mais atrás.

Se não somos ingênuos, por compreendermos as inclinações e determinações do capital em reprodução, a ponto de pensar que ao Estado interessa resgatar a memória tal como ela deve de fato ser considerada - a percepção e a compreensão do trajeto sócio-cul-tural de um povo, através de toda forma de regis-tro, como tomada de consciência para a defesa dó que é inestimável no presente e o traçado do seu futuro, ao invés do uso meramente mercantil das referidas formas de registro - e se, correspondentemente a isto, soubermos compreender qual é a verdadeira intenção, por mais que o discurso e os documentos oficiais o dissimulem, do capital quando se propõe a "restaurar" prédios antigos, conseguimos,

aliás com pouco esforço, perceber que a criação de um órgão restaurador do Centro Histórico - sobretudo tendo acontecido, como foi o caso, na perspectiva de boom degustada pelas lideranças oficiais baianas no bojo do expansionismo do "Milagre Brasileiro" (1968/1973) - não tinha e nem podia ter outro propósito senão restaurar prédios históricos para adaptá-los a uma "modernização" econômica que era esperada e que não veio. E que não veio, dicho sea de paso, ora por conta da larga recessão econômica, ora por conta do esvaziamento estruturalmente determinado no Centro em todo o transcurso do século XX. Mas, se viesse, o mais certo é que os prédios restaurados se destinariam todos a novas e crescentes instalações comerciais, bancárias, hotéis, etc. Como a crise e a "emigração" do comércio aconteceram, deixando na rasteira a decadência generalizada do Centro, o Órgão restaurador teve de arquivar seus propósitos, digamos, estruturais, encobertos pelos discursos, e teve também de se defrontar com a dura realidade de se ver sem um vintém para levar a efeito as tão propaladas "restaurações". Ora, o capital, como é sabido, desde muito já não se dá mais ao hábito de alimentar os devaneios artísticos e culturais de artistas e intelectuais, e por isso, à medida que o investimento (que é o que interessa) se tornou, no Centro, de lucratividade no mínimo duvidosa, deixou de se interessar pela "memória". O que dita as regras e normas de comportamento dos agenciadores, especuladores, tecnocratas e investidores é também, como sabemos, o sensus communis, todavia esta maneira mundana de pensar e de agir não é, ao nível deles-

pelo menos deles! - tão tola a ponto de por em risco os interesses em questão. Para os que insistem num idealismo senil e a toda prova lhes oferecemos o troço de uma questão atual: por que se gastou tanto num projeto medíocre para a Orla Marítima de Salvador e nem um só cruzado no Centro Histórico que, apesar de tudo, acaba de ser eleito pela UNESCO "monumento mundial"?

De fato: desaparecido o leit-motiv econômico, nada ficou, e o discurso, que falava da "importância da restituição da memória", despiu-se e revelou o seu caráter verdadeiramente dissimulador. O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) do Estado não existe para mais nada, esta é, como nos diz o bom poeta, a dura "revelação dos nossos dias".

Isso acabou dando espaço ao próprio IPAC - o que vem sendo reiterado por quase todos os seus sucessivos dirigentes - para sugerir-se como um "intransigiente defensor do direito de permanência da população do Centro no local". Outro discurso. Seria excelente experiência ver se o discurso seria pelo menos tão comodamente mantido se alguma coisa parecida com um quadro de Dali acontecesse: se um ciclo de expansão econômica (cujas leis são, até o momento, completamente invisíveis) reaparecesse de repente no Centro, se o capital por ele passasse a se interessar, se o Estado, dotando de recursos rapidamente os órgãos, desse a infalível ordem para "restaurar" os prédios a fim de adaptá-los "às novas condições de progresso do Centro, etc., etc."

Mas, por mais paradoxal que possa parecer, se alguma coisa de valiosa, em termos de acervo arquitetô

nico e cultural, existe ainda lá no Centro, deve-se este "repasso histórico" exata e exclusivamente a essas pobres e exploradas (ao extremo e por to dos os lados) populações que habitam o Centro. Não fôra este o quadro e fosse outra a perspectiva eco nômica de ocupação (necessariamente rentável) dos prédios daquele sítio e a população pobre do cen tro já teria sido expelida dali, por bem ou à ou- trance, vale salientar: ela e o discurso da "sua defesa", do "seu direito", etc. Por não ter acontecido nada disso é que os segmentos lumpen, os mal remunerados e os proletarizados da área em ge ral não são expulsos de imediato. Entre a "renovação" sempre desejada e esperada e a expulsão neces sária e igualmente esperada e desejada ocorre, in felizmente para os proprietários de prédios e os potenciais investidores, um enorme obstáculo críti co e um incalculável espaço de tempo, imbroglio e intervalo que os deixa irritadiços e ansiosos e que são, de resto, en passant, muito bem aproveitados via elevados e densos aluguéis (pagos por aque las populações que habitam os prédios), como alterna tiva de uso econômico de pardieiros até que al ternativas melhores - como o turismo e uma revita lização completa sempre e reiteradamente esperada- venham a acontecer. Mas aqui a perspectiva não aponta nenhum indício promissor, e nem adianta que rer "forçar a barra" e pretender romper com o com promisso dialético que existe entre as leis econô micas e sociais, que possui certa esfera de matura ção, e a capacidade de intervenção consciente e or ganizada dos homens que, ao fim e ao cabo, modifi cam as referidas leis. Neste trânsito dialético

não existe lugar para o livre arbítrio tomista, em bora exista para um outro tipo de ação. Com efeito, se a recessão econômica do país for dobrada, se o Polo petroquímico for ampliado e se a cidade, sob tais impulsos, ampliar o seu crescimento e a correspondente descentralização, nada indica que o processo volte a percorrer o Centro, mas tudo sugere que a expansão urbana de Salvador siga as tri lhas já fincadas das avenidas de vale, da orla, da ilha de Itaparica, etc. - o que só tende a isolar mais ainda o Centro Histórico de Salvador.

Ora, enquanto o "inquilino" tem de, necessariamente, permanecer, alguma coisa tem de ser feita com ele, até mesmo para assegurar a sua permanência lu crativa e sem qualquer retorno, por parte dos pro prietários, em termos de reposição dos prédios: em primeiro lugar cumpre usá-lo economicamente, e em segundo o órgão especializado (ou os órgãos que se julgam especializados), cobrindo este espaço de uma prática "humanista" ao extremo, deve propor e praticar uma política paternalista com ele - o que não evita que esse mesmo habitante receba, no ou tro lado das espáduas, a sempre presente e dura vergasta dos que ali estão "para manter a ordem e os (bons) costumes". O assistencialismo tem duplo e eficaz endereço: mantém, enquanto necessário, a população pagando aluguéis e, ao mesmo tempo, de sarma-a ideológica e organizativamente para oferecer resistência quando tiver de ceder o lugar. A única coisa que parece dispor-se em favor da perma nência da população é a impossibilidade de se vis lumbrar uma saída econômica global para o Centro.

Quanto ao paternalismo, ele se expressa de diversas maneiras. O IPAC, para realizar esta forma de "atuação comunitária", chegou a criar, ele próprio, roubando a iniciativa ou o espaço de outros órgãos governamentais, escolas, creches, posto de saúde, etc. Por outro lado tem cobrado, no que respeita aos seus prédios, aluguéis irrisórios, sem esquecer que, não raras vezes, tem coberto as despesas dos seus inquilinos com água, luz, etc. Para se ter uma idéia da dimensão desta política, até cerca de dois anos atrás mais de 70% do orçamento do órgão, proveniente do tesouro estadual, eram destinados à cobertura de gastos com pessoal, material de consumo e permanente das escolas, creches, posto de saúde, etc., recursos esses que eram desviados, obviamente, de uma destinação mais inerente às suas finalidades: o restauro. Mas, mesmo recorrendo à descentralização destes serviços - como parece estar acontecendo agora - , o paternalismo pode persistir sob a forma, sempre reproduzida, de cooptação da população local, tentada, repetidas vezes, através do atrelamento da associação de moradores. Houve um diretor do órgão que todas as terças-feiras, numa hora determinada, ia "despachar" com a diretoria da associação, esquecendo-se que entre um órgão do Estado e uma entidade da sociedade não existe lugar para esse tipo de expediente administrativo direto e estritamente oficial.

Esses prédios estão fisicamente tão depreciados (muitos deles em ruínas) que o valor de um imóvel desses é desproporcionalmente menor do que o do solo sobre o qual se assenta. Mas como já não exis-

tem motivos econômicos mais decisivos para evitar o arruinamento dos edifícios, ou seja, para preservá-los, a solução encontrada pelos proprietários para o oportuno aproveitamento econômico deles (e aqui a ação estatal dos órgãos de preservação só pode refletir este rol de interesses) foi e é a recorrência e o uso potenciado do aluguel dos mesmos nessas mesmas condições de depreciação e habitabilidade (??) e, antes que nos esqueçamos, da mais plena promiscuidade. A solução prática encontrada é a ocupação de cada prédio por até dezenas de famílias ou pessoas amontoadas umas sobre as outras, cujos aluguéis, somados, oferecem rendimento muito além das condições de habitabilidade (o termo só tem sentido vocabular!) oferecidas ou, para sermos mais claros, dos custos de reposição que na verdade não existem. São prédios da Santa Casa de Misericórdia, de algumas ordena da Igreja e de algumas famílias abastadas, tradicionais e, por certo, cristãs, da velha Salvador, que são mantidos dessa forma, e aqui se aplica, mais do que nunca ou do que em outro lugar qualquer, o princípio: abusus non tollit usum.

Estas são a razão e a ação principais da tolerância, com respeito a essas populações, no miolo do Centro Histórico nas condições de desenvolvimento econômico e urbano em todas as conjunturas recentes, atuais e imediatamente perceptíveis à frente, não só a olho nú, como pensamos ter demonstrado.

#### NOTA

1. Ver o nosso texto "O que se passa no 'Centro

Histórico' de Salvador?" in DEBATES/CENPES (Centro de Projetos e Estudos), Salvador, 1985.

## RESUMO

O desenvolvimento urbano industrial de Salvador criou, na sua RM, um exército industrial de reserva, do qual uma pequena parcela foi alojar-se, ao cabo de décadas, no centro histórico. São biscateiros, prostitutas, semi-empregados, etc. Esta parcela do EIR habita os casarões que constituem o acervo arquitetônico do centro, pagando uma massa de alugueis muito grande que mantém, sem retorno (custos de reposição), os prédios, e isto porque o esvaziamento estrutural e conjuntural (crise) do centro não oferece aos proprietários alternativa de uso mais rentável dos prédios. Esta necessidade induz o órgão restaurador a uma política assistencialista, pelo menos até que se vislumbre um padrão "moderno" de ocupação que tenderia a desalojar a referida população do centro histórico.